

ERNESTO LOZARDO.

A equação da abertura de mercado

Num despertar sobressaltado, os países em desenvolvimento, tradicionalmente fechados ao mercado internacional, se empenham para transformar suas economias em livre-comércio. Na América do Sul, casos típicos de sucesso da política de abertura comercial são as economias do Chile e da Bolívia. Após 15 anos, esses países perseguiram um programa de estabilidade econômica com pleno controle da inflação e dos gastos públicos.

Foi um longo processo de remodelação do setor público por meio das privatizações das estatais, redução e flexibilização do setor público, ampla renegociação das dívidas públicas interna e externa, e um grande esforço no aumento da poupança pública e privada. O Chile, por exemplo, em 1973, era uma economia fechada, tinha um déficit público federal da ordem de 25% do Produto Interno Bruto (PIB), e ao longo desses anos tornou-se numa economia aberta ao comércio internacional.

Como resultado da política de ajustamento interno, o país apresentou superávit nas contas públicas em torno de 0,4% do PIB, entre 1990-94. Em 1973, sua poupança interna fora 15% do PIB, no entanto, desfrutava, atualmente, de poupança e nível de investimentos em torno de 30% do PIB. O nível de inflação que atingiu 600% ao ano em 1973, e, em 1994, apresentou uma taxa anual inferior a 10%. A maior taxa de desemprego foi de 19%, em 1983, no ano passado essa taxa foi de 4%. Embora a política de abertura de mercados do Chile não tenha melhorado a dis-



O Brasil está procurando o seu caminho para superar enormes obstáculos

tribuição da renda, conta com todas as condições para reduzir as desigualdades sociais, visto que o índice de mortalidade infantil que em 1970 foi de 88 mortos por 1.000 nascidos vivos, caiu para 19, em 1993.

O Brasil, tardiamente, está procurando o seu caminho para superar enormes obstáculos socioeconômicos, como a péssima distribuição da renda, na qual 10% dos mais ricos detêm 50% do PIB; enquanto os 50%

mais pobres respondem por 12% do PIB; a taxa de mortalidade infantil é alta: 60 crianças a cada 1.000 mil nascidas vivas morrem antes de completar 1 ano de vida; o déficit público nominal que já chegou a atingir 50% do PIB na década passada, quando a economia era plenamente indexada, reduziu para 5% do PIB; governos estaduais e municipais estão financeiramente falidos, e sem perspectivas para recuperar suas receitas tributárias ou amenizar a falta de liquidez.

Há 20 anos, a Coréia do Sul tinha o mesmo nível de renda per capita que o Brasil: US\$ 2.700,00. No ano passado, aquele país atingiu US\$ 10.000,00 per capita. A meta da política econômica é de atingir uma renda de US\$ 20.000,00 per capita na virada deste século. Portanto, qual o segredo da prosperidade chilena, e tantos outros países, como a China, a Bolívia, a Índia e a Coréia do Sul que caminham, rapidamente, na direção da abertura de mercados, da integração econômica ao comércio internacional, aumento da frente de trabalho e estabilidade de preços

com crescimento da produção?

A abertura de mercados com livre mobilidade de capital, fim do protecionismo comercial e das barreiras alfandegárias, certamente, podem trazer benefícios quanto à estrutura de preços, salários, bem como os níveis de taxas de juro e de câmbio compatíveis aos do mercado internacional. No entanto, a prerrogativa de que a abertura da economia é uma condição necessária ao desenvolvimento econômico sustentável não tem nenhum fundamento científico.

A abertura de mercados para tornar a economia mais competitiva deve ser entendida como mais um instrumento da política econômica para assegurar o crescimento sustentável. Para tanto, isso requer uma série de ajustes domésticos que a política macroeconômica deve conquistar no médio e longo prazos.

O Plano Real contém as condições necessárias, mas não suficientes à obtenção da estabilidade macroeconômica. O Plano Real se configura em medidas de curto prazo para conter a inflação, reduzindo o consumo por meio do aperto monetário e a política de banda cambial para monitorar o equilíbrio do balanço de pagamentos. No entanto, ele é impotente para realizar as correções dos desajustes e imperfeições estruturais que impedem a economia de funcionar de forma competitiva, eficiente e socialmente mais justa.

As economias emergentes que estão se abrindo ao mercado internacional passaram por uma aguda crise de política interna, conduzindo-as ao caos econômico. Nesse ponto, as perdas do setor público, das elites e dos grandes interesses político e econômicos não tiveram outra saída a não ser de aceitarem um austero programa de estabilidade macroeconômica que viesse redistribuir melhor a renda nacional. Isso se fez,

modificando as estruturas de mercado, o papel do Estado e do sistema financeiro, embora o Estado viesse a ser o conduto inicial desse recomeço.

Superada essa fase, a reforma do Estado por meio das privatizações das estatais, da flexibilização da administração pública dos governos federal, estaduais e municipais, sanear ao longo dos próximos cinco anos a previdência social e promover a reforma tributária e fiscal para dar maior autonomia e eficiência financeira e de encargos entre os governos, pode-se contar com a conquista socioeconômica desta década por meio da estabilidade macroeconômica.

A partir dessa conquista a abertura econômica ao comércio e a tecnologia internacional se tornará uma realidade. O processo de abertura decorre da credibilidade das reformas institucionais e das políticas macroeconômicas estruturais. Como resultado, devem promover uma redistribuição da renda que, certamente, os grandes interesses não estão dispostos a ceder: a não ser que a estabilidade macroeconômica esteja plenamente assegurada.

Caso o programa de estabilidade do governo de FHC não dê certo; agravando o nível de inadimplência generalizada do setor público, o caminho será outro: recessão econômica; câmbio desvalorizado, privilegiando o setor exportador; imposição de tarifas e quotas alfandegárias às importações; e concentrando a péssima distribuição de rendas do País. No entanto, se a sociedade estiver ciente da importância da continuidade e da consolidação das políticas de estabilização macroeconômica, custando o que custar, o processo de abertura se tornará irreversível.